



**PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DE MINAS**

Ref.: Projetos de Lei nº 32/2025.

**I – Relatório**

Trata-se de projeto de Lei Ordinária, que autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar parceria entre a administração pública municipal e a organização da sociedade civil denominada HOSPITAL CASSIANO CAMPOLINA, conforme disposto na Lei Federal nº 13.019/2014, com a redação dada pela Lei nº 13.204/2015.

O projeto visa a transferência do valor de R\$499.840,00 (quatrocentos e noventa e nove mil, oitocentos e quarenta reais), destinado ao custeio de despesas e a compra de equipamentos da referida Instituição, conforme estabelecido no Plano de Trabalho.

O projeto veio acompanhado de estimativa de impacto orçamentário-financeiro, bem como de declaração de compatibilidade de despesas.

É o relatório. Passa-se à análise técnica.

**II – Da análise técnica**

Inicialmente cumpre destacar que o projeto aborda assunto de competência do Município.

Nota-se, ainda, que a matéria tratada no projeto é reservada à iniciativa do Prefeito Municipal.

Outrossim, mostra-se igualmente adequada a espécie normativa, uma vez que trata-se de competência de Lei Ordinária.

Assim, opinamos pela regularidade formal do Projeto de Lei quanto a Competência, iniciativa e espécie normativa.

Ressalte-se que todos os requisitos esculpidos no art. 35 da Lei Federal 13.019/2014 foram devidamente cumpridos. Outrossim, foi observado o disposto no art. 31 do dispositivo legal supramencionado.

Além disso, foi cumprido o disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, estabelece que a criação e expansão que acarrete aumento de despesas deverá ser acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, bem como de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.



Por fim, salienta-se que a aprovação necessita de Maioria Simples.

### III – Da Conclusão

Portanto, examinada a matéria, às Comissões Permanentes desta Casa Legislativa vêm relatá-la como legal e constitucional, uma vez que encontra-se em perfeita consonância com os ditames legais.

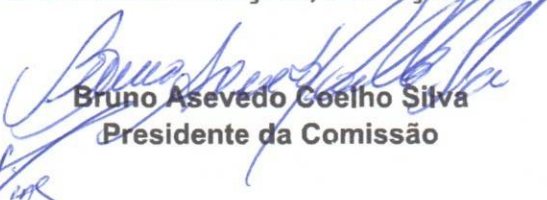
É, sub censura, o parecer que se submete à elevada apreciação, com base nas informações apresentadas e nos documentos, sem embargo de outras opiniões.

Assim sendo, somos pela tramitação do projeto apresentado, com o pedido de dispensa dos interstícios legais, para que o mesmo seja discutido e votado na presente sessão.

Câmara Municipal de Entre Rios de Minas, em 06 de maio de 2025.

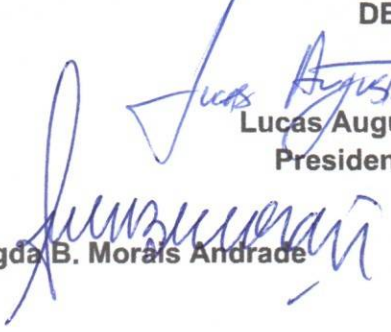
#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

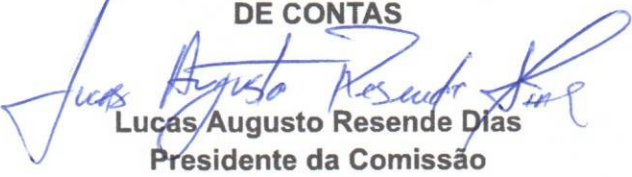
  
**Lucas Augusto Resende Dias**  
Relator

  
**Bruno Azevedo Coelho Silva**  
Presidente da Comissão

  
**Claudio dos Reis Lima**  
Membro

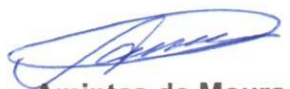
#### COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E TOMADA DE CONTAS

  
**Sarah Magda B. Morais Andrade**  
Relatora

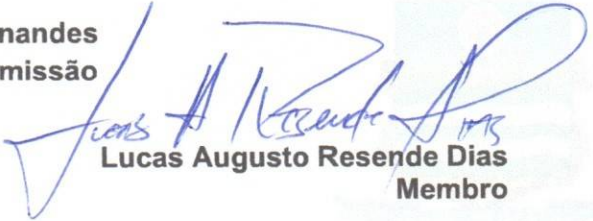
  
**Lucas Augusto Resende Dias**  
Presidente da Comissão

  
**Claudio dos Reis Lima**  
Membro

#### COMISSÃO DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E MEIO AMBIENTE

  
**Amintas de Moura Ferreira**  
Relator

  
**José da Silva Fernandes**  
Presidente da Comissão

  
**Lucas Augusto Resende Dias**  
Membro